



SERVDONTO - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA

Relatório dos Auditores Independentes
Demonstrações Contábeis
Exercício 2018

Guarulhos, 19 de março de 2019.

Ilmos. Srs.

Aos Sócios, Administradores e Diretores da

SERVDONTO – PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.

Aracajú - SE

Ref. RA 016/02-2019

Prezado (s) Senhor (s):

Encaminhamos à V. Sas., nosso Relatório referente ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Anexamos ainda, as seguintes demonstrações contábeis, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente;

Sidnei de Oliveira

Contador CRC 1 SP 160765/O-1

CNAI 1.077



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Aos Diretores e Administradores de

SERVDONTO PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.

Aracaju – SE

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis de **SERVDONTO PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA** (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos de ajustes que poderiam advir dos assuntos descritos no nos parágrafos Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SERVDONTO PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar..

Base para opinião com Ressalva

1. Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora apresenta o montante líquido a receber de R\$ 3.762 mil, relativos a créditos de operações com planos de saúde. Naquela data, o saldo de Provisão para perdas sobre créditos (PPSC) é de R\$ 930 mil. Conforme Quadro por idade dos saldos, existe um montante de R\$ 3.008 mil de créditos vencidos há mais de 90 dias.

A Operadora não concluiu os trabalhos de revisão dos saldos contábeis das contraprestações a receber que a Operadora vinha realizando (planos individuais), visando determinar os reais valores a receber de clientes e as necessárias baixas e provisão para perdas (PPSC). Parte desses créditos, segundo a Operadora, deverá ser recebida. Outra parte, em sua maioria, deverá ser baixada contabilmente, no primeiro trimestre do exercício de 2019, a débitos da conta Lucros/Prejuízos acumulados. Não foi praticável quantificar o montante dos prováveis efeitos nas demonstrações contábeis.

Ênfase

2. *Ativo Imobilizado*: A Entidade, no decorrer do exercício de 2018, realizou um processo de levantamento dos bens integrantes do Ativo Imobilizado, visando garantir maior controle sobre esses ativos e sua reconciliação com os respectivos saldos contábeis. No entanto, referido levantamento não foi utilizado e a Operadora, contratou outra empresa especializada, que realizou novo levantamento. Também, já procedeu ao confronto dos valores apurados pelo levantamento com os registros contábeis, cujos ajustes, considerados imateriais deverão ser registrados no primeiro trimestre do exercício de 2019. Foi realizado o teste de recuperabilidade (*impairment*) sobre os bens do ativo imobilizado, visando atender ao disposto no CPC 01 e verificou se que não haveria a necessidade de realização de ajustes as demonstrações contábeis.

3. *Margem de Solvência*: Em 31 de dezembro de 2018, a Operadora apresentou insuficiência de Margem de Solvência na importância de R\$ 1.498 mil (R\$ 573 mil – 2017), conforme cálculos e critérios estabelecidos pela Resolução Normativa – RN nº 160/2007, alterada pela RN 209/2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS – Nota Explicativa 16-b.

4. *Processos Judiciais*: A Operadora vem se defendendo de processos cíveis e trabalhistas, cujos processos, ainda estão pendentes de decisão por parte do Poder Judiciário e em 31 de dezembro de 2018, a Empresa, bem como seus assessores jurídicos, entende que a Provisão para Contingências constituída nessa data, no valor de R\$ 22 mil é suficiente para a garantia de eventuais perdas nos processos, inclusive quanto a base de cálculo utilizada para cálculos de tributos incidentes sobre o faturamento.

5. *Continuidade Operacional*: Em fevereiro de 2019, por determinação da ANS, foi decretada regime de Direção Fiscal na Operadora, visando o acompanhamento econômico financeiro da mesma.

No exercício de 2018, a Operadora teve um prejuízo de R\$ 1.169 mil, resultante, basicamente de ajustes contábeis de saldos de contas. Conforme mencionado no item 1, Base para Opinião com ressalva, a Operadora deverá realizar ajustes contábeis de valores significativas, por baixas de valores considerados incobráveis e/ou aumento da provisão para perdas sobre créditos, cujos valores não puderam ser mensurados, sendo que referidos ajustes deverão reduzir o patrimônio líquido da Operadora, afetando assim, índices exigidos pela ANS, como Margem de Solvência.

Segundo a Administração da Operadora, parte de ajustes (devedores) dos saldos de contraprestações, devem ser atenuados com os ajustes (credores) a conta de PEONA, uma vez que a Operadora já encomendou estudo de realização de Nota Técnica Atuarial, visando a mudança nos cálculos dessa provisão, que resultará num ajuste positivo de valor significativo.

A continuidade normal dos negócios da Operadora depende de soluções que venham a serem implementadas pelos seus Administradores, resultando na obtenção futura de adequados níveis de operações e de rentabilidade, que possibilitem a recuperação dos investimentos efetuados.

Conforme descrito no Relatório da Administração e Notas Explicativas, a Administração da Operadora está elaborando, em conjunto com assessorias especializadas, estudos financeiros e orçamentários, e espera recuperar e equalizar as anormalidades econômico-financeiras, algumas até o encerramento do próximo exercício ou no prazo máximo até dezembro de 2020. Dentre as medidas, destaca se as mencionadas na Nota Explicativa 17.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Operadora.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores estão apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cujo relatório datado de 22 de março de 2018, apresentou ressalvas citadas nos itens 1 e 2 acima, e ainda, ênfase mencionadas nos itens 3, 4 e 5 acima.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria, aplicáveis a entidades supervisionadas pela agência nacional de saúde suplementar. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Guarulhos, 19 de março de 2019.

Sidnei de Oliveira

Contador CRC 1 SP 160765/O-1



AudiBras

Auditores e Consultores

CRC 2 SP 023.722/O-1

CVM 10.359

SERVDONTO - PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.
QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

ATIVO			
	NE	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		6.609.039	6.704.603
Disponível	3	115.489	9.252
Realizável		6.493.550	6.695.350
<i>Aplicações Financeiras</i>	4	2.711.721	3.007.953
<i>Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas</i>		2.334.384	2.234.447
<i>Aplicações Livres</i>		377.337	773.506
Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde	5	3.762.025	3.635.447
<i>Contraprestação Pecuniária a Receber</i>		3.762.025	3.635.447
Créditos Tributários e Previdenciários		19.804	19.804
Bens e Títulos a Receber	6	-	32.146
Ativo não circulante		366.152	391.612
Realizável a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	7	250.429	275.889
<i>Imobilizado de Uso Próprio</i>		250.429	275.889
<i>Não Hospitalares/Odontológicos</i>		250.429	275.889
Intangível		115.723	115.723
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>		115.723	115.723
Total do Ativo		<u>6.975.191</u>	<u>7.096.215</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVDONTO - PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.
QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

PASSIVO			
	NE	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		4.785.112	3.589.465
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		3.072.331	2.344.460
Provisão de Contraprestações não Ganha		637.240	392.295
Provisão de Eventos a Liquidar	8	988.080	370.973
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	9	1.447.010	1.581.192
Débitos Operações Assistência à Saúde		29.695	-
Tributos e Contribuições a Recolher	11	147.177	139.433
Tributos e Contribuições		147.177	139.433
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		1.205.440	426.707
Provisões	12	39.071	377.596
Débitos Diversos	13	291.398	301.269
Passivo não circulante		167.833	314.915
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		145.833	314.915
Provisões		22.000	-
Patrimônio Líquido		2.022.246	3.191.835
Capital Social	15	2.500.000	2.500.000
Lucros/(Prejuízos) Acumulados		(477.754)	691.835
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>6.975.191</u>	<u>7.096.215</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVDONTO - PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.
QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de Contraprestações Efetivas	17.023.651	18.602.259
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	17.023.651	18.602.259
Eventos Indenizáveis Líquidos	(7.758.145)	(8.898.154)
Eventos Conhecidos ou Avisados - Outros Prestadores	(7.881.708)	(9.011.893)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	123.563	113.739
(=) Resultado das Operações Com Planos De Assist.	9.265.506	9.704.106
(=) Resultado Bruto	9.265.506	9.704.106
(-) Despesas Comercialização	(1.704.704)	(1.836.243)
(-) Despesas Administrativas	(6.136.569)	(6.599.214)
Outras Despesas Operacionais	(2.408.615)	(454.365)
(-) Outras	(2.408.615)	(454.365)
Resultado Operacional	(984.382)	814.284
<i>Resultado Financeiro</i>	(153.813)	(65.280)
Receita Financeira	165.483	230.337
Despesa Financeira	(319.296)	(295.617)
Resultado antes dos impostos	(1.138.196)	749.003
(-) Imposto de Renda	(19.621)	(112.351)
(-) Contribuição Social	(11.772)	(67.410)
Lucro Líquido do Exercício	<u>(1.169.589)</u>	<u>569.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVDONTO - PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.
QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	18.484.875	19.383.859
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prest. de Serviço de Saúde	(10.238.048)	(10.910.233)
(-) Pagamentos de Comissões	(1.704.704)	(1.836.243)
(-) Pagamentos de Pessoal	(1.365.890)	(1.231.648)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(1.705.537)	(2.389.780)
(-) Pagamentos de Tributos	(1.841.834)	(1.928.805)
(-) Pagamentos de Aluguel	(151.035)	(175.752)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(103.185)	(80.609)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(1.919.136)	(928.184)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(544.494)	(97.395)
Atividades de Investimento		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(22.442)	(149.527)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(22.442)	(149.527)
Atividades de Financiamento		
(+) Recebimentos de Empréstimos/Financiamentos	2.509.236	585.736
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras	165.483	230.337
(-) Pagamentos de Juros sobre Empréstimos/Financiamentos	(96.235)	(103.301)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos	(1.730.503)	(234.796)
(-) Aplicações Financeiras	(174.810)	(269.440)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	673.172	208.536
Acréscimo (Decréscimo) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	106.236	(38.386)
Caixa - Saldo Inicial	9.252	47.639
Caixa - Saldo Final	115.489	9.252
Acréscimo (Decréscimo) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	106.236	(38.386)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVDONTO - PLANOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.
QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros/Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	<u>2.500.000</u>	<u>-</u>	<u>122.593</u>	<u>2.622.593</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	-	-	569.243	569.243
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	<u>2.500.000</u>	<u>-</u>	<u>691.836</u>	<u>3.191.836</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	-	-	(1.169.589)	(1.169.589)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	<u>2.500.000</u>	<u>-</u>	<u>(477.753)</u>	<u>2.022.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERVDONTO – PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (Em Reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa com sede na Cidade de Aracajú - SE, é credenciada junto à ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o registro de nº 41.470-1, na modalidade de odontologia de grupo, em conformidade com a Lei 9.656/98.

Seu objeto social é a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente na segmentação odontológica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

2.1. Base para apresentação Apuração do Resultado

As demonstrações contábeis da **SERVDONTO – PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas no Código Civil, normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e subsidiariamente pelas normas das Sociedades por Ações (S/A).

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade estão descritas a seguir:

2.2.1. Apuração do resultado

a) Receita: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços prestados no curso normal das atividades e são apropriadas ao resultado, no período de competência (cobertura) das respectivas faturas (pessoa jurídica) e boletos (pessoa física).

b) Custo: os eventos indenizáveis são constituídos com base nos valores apresentados em relatório financeiro denominado "repasso a credenciados", reconhecido ao resultado no mês de conhecimento da conta, pelo valor líquido das glosas.

2.2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pela disponibilidade em moeda nacional, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Sistema de fundo fixo.

2.2.4. Contraprestações pecuniárias a receber

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência odontológica.

A Empresa constituiu Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC, com base na totalidade das parcelas devidas por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando as contraprestações vencidas há mais de 60 (sessenta) dias para operações com plano de assistência odontológica dos contratos individuais e 90 (noventa) dias para as operações com plano de assistência odontológica dos contratos coletivos.

2.2.5. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

2.2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base na tabela de depreciação do Fisco Federal, inexistindo laudo de vida útil.

A Administração não efetuou a revisão dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável em razão do baixo valor.

2.2.7. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- a) **Provisão de Eventos a Liquidar:** são registrados na conta patrimonial de Provisão de Eventos a Liquidar com base nos relatórios de repasses a credenciados, em contrapartida às contas de resultado de Eventos Indenizáveis Líquidos.
- b) **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA:** é calculada com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa – RN de nº 160/07 e suas alterações posteriores.

2.2.8. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude desses contratos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras.

2.2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

2.2.10. Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes de encargos e variações monetárias incorridas até a data de balanço.

2.2.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as normas e critérios definidos pela NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, deliberada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005.

- a) Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável;
- b) Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como “provável”, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação;
- c) Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3. DISPONÍVEL

O disponível é composto das seguintes contas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	1.479	5.849
Bancos Conta Depósito	114.009	3.403
	<u>115.489</u>	<u>9.252</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a fundos dedicados ao setor de saúde suplementar vinculados a ANS:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	2334.384	2.234.447
Aplicações Livres	377.337	773.506
	<u>2.711.721</u>	<u>3.007.953</u>

5. CRÉDITOS COM OPERAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Faturas a Receber – Pessoa Jurídica	453.790	502.028
Mensalidades a Receber – Pessoa Física	4.238.500	3.757.117
(-) Provisão para Perdas	(930.264)	(623.698)
	<u>3.762.025</u>	<u>3.635.447</u>

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Os títulos e créditos a receber são compostos de:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos a Fornecedores	-	32.146
	<u>-</u>	<u>32.146</u>

7. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imóveis de Uso Próprio não Odontológicos	710.518	688.076
Instalações	190.816	190.816
Equipamentos de Informática	222.897	205.011
Móveis e Utensílios	101.356	101.356
Veículos	195.449	190.893
(-) Depreciação Acumulada	(460.089)	(412.188)
	<u>250.429</u>	<u>275.888</u>

8. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR

São compostos pelas contas a pagar pela assistência odontológica utilizada pelos beneficiários dos planos comercializados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os eventos a liquidar totalizaram R\$ 988.080 (novecentos e oitenta e oito mil e oitenta reais) e R\$ 370.973 (trezentos e setenta mil, novecentos e setenta três reais), respectivamente.

9. PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS OU AVISADOS

Calculada de acordo com critérios estabelecidos na Resolução Normativa – RN 160/07 e alterações, com base nas contraprestações pecuniárias em razão de ser este o maior valor. Vide cálculo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <i>(Reclassificado)</i>
Contraprestações Líquidas – Pré Estabelecido	17.023.651	18.602.259
Eventos Indenizáveis Líquidos – Pré Estabelecido	7.758.145	8.898.154
Valor I – 8,5% / 9,5% x A	1.447.010	1.581.192
Valor II – 10% / 12% x B	775.814	889.815
Peona Integral	1.447.010	1.581.192
% de Realização Mínima Exigida	100%	100%
Peona Exigida	<u>1.447.010</u>	<u>1.581.192</u>

10. EVENTOS INDENIZÁVEIS (IN 344)

A cobertura da despesa assistencial em 2018 foi plenamente realizada na modalidade de pré-pagamento, apresentando a seguinte segmentação no período:

	Consulta	Exames	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	-	-	-	-	-
Rede Contratada	441.376	417.731	7.022.601	-	7.881.708
Reembolso					
Intercâmbio Eventual					
TOTAL	441.376	417.731	7.022.601	-	7.881.708

11. TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

No exercício 2018, restou registrados na empresa, a vencer, alguns tributos e contribuições, cujos valores estão devidamente registrados e atualizados a valor presente, conforme demonstrado seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos e Contribuições (a)	121.869	120.869
Imposto sobre Serviços – ISS	31.016	42.770
COFINS E PIS/PASEP a Recolher	43.030	22.745
INSS a Recolher	40.788	43.674
FGTS a Recolher	7.035	11.680
Retenções de Impostos e Contribuições (b)	25.308	18.564
	<u>147.177</u>	<u>139.433</u>

a) **Tributos e Contribuições:** corresponde a impostos e contribuições vencidos e a vencer, não recolhidos até 31 de dezembro de 2018.

b) **Retenção de Impostos e Contribuições:** corresponde basicamente a impostos e contribuições retidos, vencidos e não recolhidos de prestadores de serviços.

12. PROVISÕES

Em 31/12/2018 o saldo a recolher de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, cujos valores atualizados a valor presente perfazem o montante a seguir demonstrado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para Imposto de Renda – IRPJ	20.759	263.495
Provisão para Contribuição Social - CSLL	18.311	114.101
	<u>39.070</u>	<u>377.596</u>

13. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Obrigações com Pessoal	218.448	261.639
Fornecedores de Serviços e Materiais	72.950	39.630
	<u>291.398</u>	<u>301.269</u>

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para Ações Cíveis	12.000	-
Provisão para Ações Trabalhistas	10.000	-
	<u>22.000</u>	<u>-</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 31 de dezembro de 2018, está representado por 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o montante de R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais), totalmente integralizados.

16. CÁLCULO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

a. Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA

DESCRIÇÃO		Valor
A	Capital Base	6.264.411
B	(x) Fator K	0,41%
A*B=C	= Capital Mínimo (100%)	25.684
D	(x) Percentual de Constituição	100%
C*D=E	= Patrimônio Mínimo Ajustado - Exigido	25.684
F	Patrimônio Líquido Ajustado em 31/12/2017	2.022.246
F-E=G	Excesso/(Insuficiência) de PMA	1.996.562

b. Margem de Solvência – MS

DESCRIÇÃO	Valor
Contraprestações Líquidas - Preço Pré Estabelecido	17.023.651
Eventos Indenizáveis Líquidos - Preço Pré Estabelecido	7.758.145
Valor I - 20% x (A + 0,50.C)	3.404.730
Valor II - 33% x (B + 0,50.D)	2.560.188
Margem de Solvência - (Maior entre Valor I e II)	3.404.730
Proporção Mínima	100%
Margem de Solvência - Exigida	3.404.730
Patrimônio Líquido Ajustado em 31/12/2017	1.906.523
Excesso/(Insuficiência) de Patrimônio Líquido	(1.498.207)

17. PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO DA OPERADORA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

A deficiência de Margem de Solvência observada em 31 de dezembro de 2018 é fruto da aplicação de recursos no desenvolvimento da Operadora verificado nos últimos exercícios. Para equalização do Patrimônio Líquido da Operadora em relação aos Recursos Próprios Mínimos exigidos para operação, os sócios colocarão em prática nos próximos exercícios, ações que visam, principalmente:

- (i) Aumento das Receitas, através de novos contratos que estão em negociação junto à Pessoas Jurídicas elegíveis;
- (ii) Redução/Equalização dos Custos Assistenciais em parâmetros aceitáveis e compatíveis com o mercado;
- (iii) Redução de Despesas Administrativas através da revisão dos atuais gastos, com promoção de cortes e revisões de contratos; e outras ações conjuntas que terão efeitos positivos no Resultado Líquido da Operadora.

Além das ações elencadas acima, cabe ressaltar que no exercício de 2015, os sócios aportaram recursos com injeção direta no Capital Social da Operadora total de R\$ 2.000.000. A OPS mantém ativos vinculados à ANS no ano de 2018, ativos garantidores em forma de aplicação financeira, valores de R\$ 2.334.384. Novos aportes também estão nos planos da sociedade, cujos valores e cronograma estão em fase de discussão, contudo, até o final do exercício 2019, acreditamos que a insuficiência apresentada estará completamente regularizada e os Recursos Próprios Mínimos necessários para a operação, plenamente atendidos.